



Fundação Universidade Federal do ABC

Pró reitoria de pesquisa

Av. dos Estados, 5001, Santa Terezinha, Santo André/SP, CEP 09210-580

Bloco L, 3ºAndar, Fone (11) 3356-7617

iniciacao@ufabc.edu.br

Projeto de Iniciação Científica submetido  
para avaliação no Edital: EDITAL Nº  
4/2022.

**Título do projeto:** Trabalho doméstico e pandemia: reflexões sobre a categoria e as vivências de mulheres negras

**Palavras-chave do projeto:** trabalho doméstico; gênero; raça; pandemia.

**Área do conhecimento do projeto:** Ciências Humanas

## Sumário

1 Resumo	2
2 Introdução e Justificativa	2
3 Objetivos	2
4 Metodologia	3
6 Cronograma de atividades	4
Referências	4

## 1 Resumo

A pandemia da COVID-19 vem causando consequências inimagináveis não apenas de ordem epidemiológica e de saúde pública, mas também tem trazido impactos sociais, econômicos e políticos para toda a população brasileira. No entanto, pode-se observar que grupos mais vulneráveis, como a população feminina, negra e de baixa renda, ficam ainda mais expostas tanto à contaminação pelo vírus quanto ao desemprego, à reduções salariais, entre outros problemas. Tendo em vista as relações de trabalho, o histórico de desigualdade no país e a intersecção das relações de raça e gênero, propõe-se uma análise das condições de trabalho de empregadas domésticas no Brasil no contexto pandêmico do Coronavírus. A partir de uma pesquisa exploratória qualitativa junto a órgãos representantes dessa classe de trabalhadores(as) em São Paulo e na região do Grande ABC, serão analisadas as vivências de trabalhadoras negras nessa condição, a fim de se discutir as especificidades que têm marcado o contexto destacado.

## 2 Introdução e Justificativa

Desde o surgimento da COVID-19, vários países e regiões do mundo passam por uma crise sanitária que já resultou em milhares de perdas humanas. O Brasil apresentou em 26 de fevereiro de 2020 a primeira notificação de um caso confirmado de COVID-19 e até a data de 30 de abril de 2022, registraram 513.543.687 casos e 663.497 óbitos pela doença. Assim, o Brasil ocupa o terceiro lugar no ranking de países com maior número de casos acumulados, ficando atrás apenas dos Estados Unidos e

da Índia (BRASIL, 2022). Por esta razão, no início da pandemia, foram tomadas medidas emergenciais no combate ao vírus e ao colapso da saúde mundial que também influenciaram em questões econômicas e sociais. Dentre elas, o isolamento e distanciamento social, a frequente higienização das mãos e a utilização de máscaras foram ações amplamente incentivadas. No entanto, é possível analisar que uma parcela da população brasileira não pôde seguir de forma plena todos esses alertas devido às desigualdades sociais a que estes indivíduos estão submetidos. Tais desigualdades, segundo Silva e colaboradores (2020), impactaram grupos mais vulneráveis durante a pandemia, especialmente a população negra. Isso ocorre em diversas perspectivas, como maior exposição à doença e dificuldades na geração de renda, já que essa população é a mais numerosa entre os trabalhadores(as) informais, pessoas em situação de terceirização, trabalhadores(as) domésticos(as) e desempregados(as). Para Santos (2018), as disparidades vivenciadas pela população negra são uma herança histórica do período escravocrata e do fortalecimento das teorias racistas até os dias de hoje.

Ao considerarmos os trabalhos historicamente exercidos por pessoas negras no país, especialmente as mulheres, podemos nos referir ao trabalho doméstico como uma ocupação ligada às funções de cuidado, algo bastante evidenciado na pandemia. Entende-se o trabalho doméstico como a realização de atividades do cuidado com o lar, dentre eles limpeza, arrumação, preparo das refeições, cuidado com as roupas e, com frequência, o cuidado de crianças, idosos e animais domésticos, podendo ou não ser remunerado (SANCHES, 2009). Dessa maneira, a necessidade de nos cuidarmos e cuidarmos dos(as) outros(as) para a sobrevivência de uma população foi, e ainda é, algo presente no imaginário social.

A parcela de trabalhadoras domésticas equivale a cerca de 6 milhões de mulheres no Brasil, ou seja, 10% das mulheres brancas ocupadas e 18,6% das mulheres negras ocupadas, totalizando 15% das trabalhadoras do país (PINHEIRO et al, 2020). Outro aspecto importante é que estudos demonstram que o perfil das empregadas domésticas vem envelhecendo; ou seja, há uma redução significativa de jovens nesta categoria de trabalho, diferentemente de décadas atrás nas quais era mais comum o recrutamento de jovens ou adolescentes (BRITES; PICANÇO, 2014). Além disso, tal

modalidade de emprego, levando em consideração a intersecção entre gênero e raça, carrega diversas peculiaridades, desde o abuso, o assédio moral e sexual, a desvalorização e a estigmatização da atividade profissional, a sexualização, as jornadas exaustivas, a má remuneração, dentre outros (PINHEIRO et al, 2020).

Essa é, portanto, uma atuação marcada pela vulnerabilidade e isso fica ainda mais explícito com a falta de auxílios formais e a ainda precária regulamentação. Não se pode negar que entre 1993 e 2011 muitos avanços foram feitos em relação à categoria, como a redução da participação quando são muito jovens, o aumento daquelas que possuem carteira assinada e a diminuição das extensas jornadas de trabalho. Mas até o presente momento identifica-se na profissão a baixa formalização, pouco reconhecimento por parte do estado, além do pouco incentivo à assinatura da carteira de trabalho, visto que os custos envolvidos com pagamento de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço aumentariam em 8,0% (LIMA; PRATES, 2019). Ademais, a reprodução do pensamento de que, remunerado ou não, não será um trabalho formal pois reproduz o cuidado feminino contribui para sua desvalorização (PINHEIRO et al, 2020 p. 885). Tais aspectos, sobretudo a informalidade, afastam a profissão das possibilidades do acesso à proteção social garantida em outras funções, como o seguro-desemprego caso sejam demitidas, auxílio-doença caso sejam acometidas por uma doença, dentre outros.

O Brasil como o último país do ccidente a abolir a escravidão perpetua a história do colonialismo e as dificuldades de reparação social. Isso se mostra na luta por direitos e condições de trabalho que percorreram muitos anos, tal que apenas em 2013 foi aprovada a Proposta de Emenda Constitucional nº 478 de 2010, conhecida popularmente como a “PEC das Domésticas”. A PEC estabelece normas e requisitos para a formação do vínculo empregatício, que antes favoreciam os empregadores, procurando equiparar o trabalho doméstico às demais categorias (NETO, 2014). Entretanto, apenas em 2015, ocorreu a regulamentação completa da função de trabalho doméstico por meio da publicação da Lei Complementar nº 150. Mesmo assim, em 2018, cerca de 3 anos após a publicação da lei, fez-se necessário uma retificação estendendo os direitos dos(as) trabalhadores(as), dentre eles pode-se citar: o descanso semanal remunerado por no mínimo um dia completo (24 horas), a

garantia no salário mínimo, a liberdade sindical, o direito à negociação coletiva, entre outros. (ANDRADE; TEODORO, 2020).

Ao estudarmos a realidade desse grupo no contexto pandêmico da COVID-19, identifica-se que as recomendações de isolamento e distanciamento são muito difíceis de serem seguidas, visto que as pessoas nessa condição trabalham no interior de residências diferentes das suas, o que demanda um contato com outras que não fazem parte do seu ciclo familiar ou do seu convívio pessoal, utilizando objetos que não são seus, além de não possuírem controle do ambiente em que se encontram (PINHEIRO et al, 2020). Logo, essas(es) mesmas(os) trabalhadoras(res) são expostas(os) a inúmeros riscos de contaminação pelo vírus, além da exposição enfrentada no transporte público que utilizam para chegar até as residências em que trabalham. Ademais, levando em consideração o envelhecimento considerável de quem ocupa essa função houve, consequentemente, aumento dos riscos de contaminação já que algumas pessoas, mesmo pertencendo ao grupo de risco ampliado, não puderam ser dispensadas do seu trabalho por serem consideradas essenciais (BRITES; PICANÇO, 2014).

Deste modo, faz-se importante analisar as relações do trabalho doméstico durante a pandemia de Covid-19 no Brasil a fim de analisar as vivências de mulheres negras que exercem essa função, procurando entender as vulnerabilidades históricas e as especificidades do atual contexto. O levantamento deste debate pode contribuir também para a visibilidade da categoria e de mulheres negras que historicamente foram colocadas em locais subalternos da sociedade em decorrência do machismo e do racismo que estruturam a cultura brasileira.

### 3 Objetivos

#### **Geral:**

- Analisar relatos e vivências de mulheres negras trabalhadoras domésticas, para discutir as relações constitutivas desse trabalho no Brasil principalmente a partir das condições impostas pelo contexto da pandemia de Covid-19.

#### **Específicos:**

- Caracterizar o perfil das pessoas que exercem atividades domésticas remuneradas no Brasil;
- Construir um panorama histórico sobre o serviço doméstico remunerado no Brasil;
- Reunir e analisar dados atuais sobre a pandemia de Covid-19 e sobre o trabalho doméstico;
- Analisar os aspectos gerais do vínculo empregatício da prestação de serviço doméstico no contexto da pandemia de Covid-19.

## 4 Metodologia

O trabalho inicia-se com uma revisão bibliográfica e histórica acerca do trabalho doméstico no Brasil, expondo o perfil das pessoas que fazem esse trabalho, as questões culturais no país e o papel social dessa atividade laboral. Dentre os autores e as autoras a serem utilizados/as, destacam-se Brites e Picanço (2014), Lima e Prates (2019), Sanches (2009), Pinheiro *et al* (2020).

A partir desses levantamentos, será realizada uma análise sobre as condições desse trabalho durante a pandemia de COVID-19. Para isso, serão utilizados dados do Ministério da Saúde sobre a pandemia considerando as variáveis cor/raça e gênero e as informações atuais sobre o trabalho doméstico obtidos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pelo Ministério do Trabalho.

Além disso, pretende-se realizar uma pesquisa exploratória qualitativa utilizando conteúdos produzidos e divulgados pela Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, pelo Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de São Paulo e pelo Sindoméstica do ABC e pelo Sindicato dos Empregados Domésticos do ABC e região - Sinedom. A intenção é dar voz e investigar as vivências de mulheres que têm vivenciado os desafios da profissão no contexto investigado. Neste sentido, de forma complementar, serão realizadas entrevistas semi-estruturadas com trabalhadoras domésticas selecionadas a partir do contato os órgãos de classe mencionados anteriormente.

O desenvolvimento e os resultados desta pesquisa serão compartilhados com o Núcleo de Estudos de Gênero Esperança Garcia.

## 6 Cronograma de atividades

1. Levantamento Bibliográfico
  - a. Fichamento dos textos
2. Elaboração do relatório parcial.
  - a. Escrita do relatório
  - b. Contato e pesquisa inicial com sindicatos
  - c. Revisão do texto
  - d. Submissão do relatório parcial
3. Pesquisa exploratória qualitativa
  - a. Realizar pesquisa/questionários/entrevistas
  - b. Analisar os dados coletados
  - c. Relacionar o resultado da pesquisa exploratória com a bibliografia
4. Elaboração do relatório final
  - a. Escrita do relatório
  - b. Revisão do texto
  - c. Submissão do relatório final

Tabela 1 – Atividades previstas

Etapa	Mês								
	01	02	03	04	05	06	07	08	09
1.a	X	X	X						
2.a		X	X						
2.b		X	X						
2.c		X	X						
2.d.			X						
3.a				X	X				
3.b.					X	X			
3.c.					X	X	X		
4.a.							X	X	
4.b							X	X	X
4.c									X

## Referências

NETO, Francisco Sergio de Almeida. **Abrem-se as portas da senzala? Análise da dinâmica da ação coletiva das filiadas ao sindicato das empregadas domésticas de João Pessoa-PB**. 2014. 176 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

ANDRADE, Daphne de Emílio Circunde Vieira; TEODORO, Maria Cecília Máximo. A colonialidade do poder na perspectiva da interseccionalidade de raça e gênero: análise do caso das empregadas domésticas no Brasil. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 10, n. 2, p.564-585, 2020.

BRASIL. **Boletim Epidemiológico Especial 111. Doença pelo Novo Coronavírus - COVID-19**. Semana Epidemiológica 17- 24/4 a 30/4/22. Secretaria de Vigilância em Saúde | Ministério da Saúde. Brasília. 2022

BRITES, Jurema; PICANÇO, Felícia. O emprego doméstico no Brasil em números, tensões e contradições: alguns achados de pesquisas. **Revista Latino-americana de estudos do trabalho**, v. 19, n. 31, p. 131-158, 2014.

LIMA, Márcia; PRATES, Ian. Emprego doméstico e mudança social Reprodução e heterogeneidade na base da estrutura ocupacional brasileira. **Tempo social**, v. 31, n. 2, p. 149-172, 2019.

PINHEIRO, Luana; TOKARSKI, Carolina; VASCONCELOS, Marcia. Vulnerabilidades das trabalhadoras domésticas no contexto da pandemia de Covid-19 no Brasil. Brasília: **Ipea**, 2020. (Nota Técnica, n. 75).

SANCHES, Solange. Trabalho doméstico: desafios para o trabalho decente. **Revista Estudos Feministas**, v. 17, p. 879-888, 2009.

SANTOS, Rosenverk Estrela. O Movimento Negro e a luta pelas Políticas de Promoção da Igualdade Racial no Brasil. **Kwanissa**, São Luís, v.1, n.1, p.139-153, jan./jun. 2018.

SILVA, Alexandre; SANTOS, Andreia Beatriz Silva dos; ARAÚJO, Edna Maria de; GOES, Emanuelle Freitas; SANTOS, Márcia Pereira Alves dos; NERY, Joilda Silva; BATISTA, Luís Eduardo. População Negra e Covid-19: reflexões sobre racismo e saúde. **Estudos avançados**. vol.34, n.99, São Paulo. 2020.